

## Atraso nas licenças ambientais pode ter custo de US\$ 14 bilhões

Carlos Vincozellos  
Foto: Vitor do Rio

A Agência Nacional de Petróleo estima em até US\$ 14 bilhões o custo de ordens de exploração que estão paralisadas em 23 projetos no Brasil por problemas ligados ao licenciamento ambiental. Segundo Marcelo Macedo, superintendente de segurança operacional e meio ambiente da ANP, as pedras são maiores se forem consideradas "geração de emprego, renda, participações governamentais e inovação", entre outras.

Adriana de licenciamento ambiental de Itarna, Larissa Carolina dos Santos, observou que o órgão vem aumentando o ritmo de concessão de licenças. Em 2017, foram 57 projetos licenciados, contra 117 este ano, número que deve crescer na função dos diversos leilões de concessão de exploração. "Temos trabalhado duro para atender à demanda, apesar da pouca quantidade de análises".

Admitindo que existem gargalos, Larissa explicou que o trabalho de licenciamento não termina com a concessão do documento inicial, mas prossegue com o acompanhamento dos projetos na fase de operação. "Temos 2.799 licenciamentos ativos na área de óleo e gás, hoje no Brasil", informou. Em 2003, eram apenas 302.

Para Seclley Carneiro, assessor da Confederação Nacional da Indústria, presente em painel sobre o tema na Rio Oil&Gas, tratar o gargalo do licenciamento ambiental como um problema de falta de mão de obra nos órgãos reguladores, no entanto, seria um erro. "É preciso investir em tecnologia e treinamento, em vez de contratar mais analistas", defendeu.

Carlos Henri que Alberto Mendes, gerente-geral de operações e SMS do Estácio Resalva do Petróleo, por sua vez, observou que a questão ambiental vinculada à indústria petroliera deixou de ser um problema de governo e passou a ser um problema de Estado. "As empresas esperam personalidade, regras claras, se possível, dinâmicas, e segurança jurídica para investir", afirmou.

O diretor do secretário especial do Programa de Parceria de Investimento (PPI), Bruno de Carvalho, observou que em pesquisa realizada recentemente pelo governo entre empresas do setor, mais de 90% apontaram o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental como prioridade.

Em função dessa demanda, algumas iniciativas vêm sendo propostas para reduzir os atrasos. "Contratamos, em junho, o primeiro estudo de avaliação ambiental para a Ilha de Sergipe e Alagoas", contou Macedo. A partir desse mapeamento, explicou o superintendente, a ANP opera ter mais dados para dar mais rapidez, possibilidade e tornar mais robusto o processo de licenciamento. "Queremos dar continuidade às avaliações em 2019, na Margem Equatorial, e em 2020, na Margem Leste, off-shore", disse.

Para o professor Danilo La Rovere, coordenador do Laboratório Nacional, Instituto de Meio Ambiente da Coppe UFRJ, o modelo prático usado na Europa e na América do Norte poderia ajudar a ser lacunas ainda na fase de projetos. Segundo ele, isso evitaria situações conturbadas, como a saída da Ilha do Brasil. A empresa abandonou um projeto após viabilidade econômica comprovada, lembrou.